Universidade Estadual de Londrina

FERNANDA TRINDADE DIAS

UMA ANÁLISE DO ENSINO DE ARTES NOS ANOS INICIAIS ATRAVÉS DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS

LONDRINA
2012

FERNANDA TRINDADE DIAS

UMA ANÁLISE DO ENSINO DE ARTES NOS ANOS INICIAIS ATRAVÉS DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Educação da Universidade Estadual de Londrina.

Orientadora: Profa. Eliane Cleide da Silva Czernisz

LONDRINA
2012

FERNANDA TRINDADE DIAS

UMA ANÁLISE DO ENSINO DE ARTES NOS ANOS INICIAIS ATRAVÉS DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Educação da Universidade Estadual de Londrina.

COMISSÃO EXAMINADORA

Maria Ruth Sartori

_____

Profa. Componente da Banca
Universidade Estadual de Londrina

Glória Cardozo

_____

Prof. Componente da Banca
Universidade Estadual de Londrina

Renata Peres Barbosa

_____

Prof. Componente da Banca
Universidade Estadual de Londrina

Londrina, 05 de novembro de 2012.

Dedico ao meu esposo Antonio Henrique, pelo amor, carinho, incentivo e apoio dedicados, mesmos nas horas mais difíceis...

AGRADECIMENTO (S)

Primeiramente à Deus, que está acima de todas as coisas deste mundo. Concebendo sempre os nossos desejos e vontades, mesmo quando de forma oculta.

Agradeço a minha orientadora Eliane Cleide da Silva Czernisz, não só pela constante orientação, mas por poder transmitir seus conhecimentos que colaboraram na finalização deste trabalho.

Aos meus pais, Fernando e Luzinete, pela confiança, amor, cuidado, e sabedoria.

Ao meu amigo e esposo, Antonio Henrique, por toda caminhada que fizemos juntos até o dia de hoje, e pelas próximas que virão. Pela paciência e pela compreensão, me ajudar e me fazer feliz.

A todos os meus amigos e colegas de sala, que conviveram comigo durante esta jornada.

Gostaria de agradecer também algumas pessoas que contribuíram de forma indireta na finalização deste.

DIAS, Fernanda Trindade. **Uma análise do ensino de artes nos anos iniciais através das políticas educacionais**. 2012. 44 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2012.

RESUMO

Este trabalho de conclusão de curso teve como objetivo procurar compreender em documentos de política a proposição do ensino de artes nas atividades com crianças dos anos iniciais do ensino fundamental. A Arte como instrumento de construção do conhecimento e transformação do pensar, ensina a ver a vida com outros olhos e desenvolve a sensibilidade para compreender a essência das coisas e dos acontecimentos. Partimos dos questionamentos: Que proposta é feita para o desenvolvimento de ensino de artes no ensino fundamental? Que importância tem o ensino de artes no ensino fundamental? Como metodologia, utilizou-se a pesquisa bibliográfica, e análise de instrumentos legais que normatizam o ensino de artes. Através do desenvolvimento deste estudo, percebeu-se a existência de problemas como da falta de conteúdos adequados para os professores ministrarem suas aulas, mas também e principalmente a carência ou inexistência de uma melhor formação dos professores nesta área de ensino, concluindo-se desta forma, que a Arte ao ser incluída obrigatoriamente no currículo escolar por meio das legislações educacionais vigentes tem sua valorização.

Palavras-chave: Políticas educacionais; ensino fundamental; ensino de artes.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 7

2 A ARTE E SUA HISTÓRIA 9

2.1 RETROSPECTIVA HISTÓRICA DA ARTE 10

3 ANALISANDO A PROPOSIÇÃO DAS DIRETRIZES CURRICULARES E DOS PARÂMETROS CURRICULARES PARA O ENSINO DE ARTES 15

3.1 PAPEL DA EDUCAÇÃO NA CONSTITUIÇÃO E NA LDB 15

3.2 PROPOSIÇÕES DOS PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS AO ENSINO DE ARTES 18

3.3 PROPOSIÇÕES DAS DIRETRIZES AO ENSINO DE ARTES 25

3.4 LEI 11.769 DE 2008 – NOVA LEI DE INCLUSÃO DO ENSINO DE MÚSICA 28

3.5 PAPEL DO PROFESSOR NA ARTE-EDUCAÇÃO 29

3.6 OS ELEMENTOS ARTÍSTICOS NA ÁREA DE ENSINO DE ARTES 33

CONSIDERAÇÕES FINAIS 38

REFERÊNCIAS 40

1 INTRODUÇÃO

Este estudo tem como ponto de partida o desejo de demonstrar a importância que a arte exerce na formação das crianças, bem como suas contribuições para o desenvolvimento destas na infância, despertando a criatividade, expressão individual, socialização e consciência coletiva. É possível através da arte tratar questões curriculares e do cotidiano de forma interdisciplinar, pois ela abrange conhecimentos comuns em várias áreas, e possibilita a criança conhecer culturas diferentes e distantes da que vivencia.

É fundamental abordar a relação do homem com a cultura, ele se constrói no convívio com o outro, a necessidade de conhecer e vivenciar experiências artísticas e conceitos acumulados historicamente pela sociedade desperta muito interesse nas crianças, os professores precisam aproveitar a curiosidade natural, a vontade de descobrir das crianças. Este foi o ponto de partida para questionar: Que proposta é feita para o desenvolvimento de ensino de artes no ensino fundamental? Que importância tem o ensino de artes no ensino fundamental?

Despertar hábitos culturais, conhecer a identidade artística nacional, expressões artísticas que marcaram época, acontecimentos, o contexto social se torna agradável quando aprendemos a relacionar o passado com o presente, e fazemos as crianças perceberem que elas também constroem a nossa sociedade.

A Arte como instrumento de construção do conhecimento e transformação do pensar ensina a ver a vida com outros olhos e ensina a ter sensibilidade para compreender a essência das coisas e dos acontecimentos. A arte tem função provocativa, faz as pessoas pararem, emitirem reações, formarem opiniões, pensarem sobre algo.

Desta forma, este estudo tem como objetivos procurar compreender em documentos de política a proposição do ensino de artes nas atividades com crianças dos anos iniciais do ensino fundamental; Verificar nos documentos como é proposto o encaminhamento da disciplina se conta ou não com a parceria entre os professores de Artes e o professor regente em sala de aula; Analisar se na proposta do ensino de artes do município é contemplada a integração entre os conteúdos abordados, e as práticas educativas realizadas; e por fim, discutir a contribuição do

ensino de Artes para um pensamento mais reflexivo, e sua ação como instrumento de convivência, construção da identidade individual e cultural das crianças.

Este trabalho se dividide em três capítulos, iniciando com a introdução do tema, no segundo capítulo é abordado sobre a arte, apresentando uma breve retrospectiva da arte, mostrando sua importância histórica. O terceiro capítulo teve como proposito apresentar a importância da educação e do processo ensino-aprendizagem no Brasil através de suas Políticas Públicas e das legislações vigentes, tais como a Constituição Federal, e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei 9.394/96, e também apresentar uma análise sobre as proposições observadas nas Diretrizes Curriculares e dos Parâmetros Currículares de Artes para o Ensino de Artes.

Finalizamos o trabalho apontando que a Arte ao ser incluida obrigatóriamente no currículo escolar por meio das legislações educacionais vigentes tem sua valorização reconhecida e só caberá aos gestores através de suas práticas confirmar esta valorização.

2 A ARTE E SUA HISTÓRIA

Neste capítulo será abordada uma breve retrospectiva da arte, tendo como ponto de partida, o período de 25 mil anos atrás, ou seja, no tempo das cavernas onde a arte era representada em suas paredes, sendo denominada arte rupestre, a qual se tornou a principal forma de registro na pré-história e que apesar de se constituir um retorno muito remoto é um aspecto que demarca a importância da arte entre nós até o contexto atual.

Dentre os povos da antiguidade, os gregos foram os que procuraram apresentar produções culturais mais livre, as quais valorizavam as ações humanas, onde o homem era visto como um ser mais importante do universo. Esta produção se expressou também através da cerâmica com seus vasos gregos que representavam o equilíbrio de sua forma e harmonia entre o desenho, etc. Na arte romana observa-se grande influência da arte grega, se expressando através de arquiteturas grandiosas preocupando-se pela parte prática e funcional de suas esculturas e obras, um exemplo é o coliseu, considerado um marco da arquitetura grega. Segundo Aguiar (2012, p. 1) “[...] os escultores romanos buscavam a reprodução mais fiel possível da realidade em suas obras e centravam-se nos aspectos psicológicos, ou seja, a obra evidenciava o caráter, a honra e a glória do retrato”.

O Renascimento foi considerado um “período de renovação cultural” muito importante para a arte, pois foi marcado por grandes produções artísticas e científicas ocorridas na sociedade européia. Firmou-se também, com o aperfeiçoamento da imprensa, possibilitando assim a difusão dos clássicos greco-romanos, e da Bíblia, entre outras obras (ROSSETTO, 2007, p. 38-39).

A partir do século XX, a arte sofreu várias transformações gerando diferentes tendências, estilos e movimentos, que apresentam características diferentes e denominações próprias, tais como o “Expressionismo, Fauvismo, Cubismo, Futurismo, Abstracionismo, Dadaísmo, Surrealismo, etc.”, movimentos estes que produziram uma ruptura radical com o passado (SOSSAI, 2007, p. 68).

2.1 RETROSPECTIVA HISTÓRICA DA ARTE

Desde as primeiras civilizações os homens sentiram a necessidade da comunicação e ao longo do tempo e de sua evolução foram criando várias formas para esse fim, como os desenhos, os símbolos, e a escrita. Que com o tempo, foram aprimorando essas técnicas, o que foi possível por meio das relações sociais.

A arte já se apresentava nas paredes das cavernas nos tempos pré-históricos. Por volta de 25 mil anos atrás o homem das cavernas cultuavam os deuses, hoje chamados “animistas”. Estes deuses eram “[...] representados pelos elementos da natureza como a chuva, lua, vento e o sol, que influenciavam na vida deles, e a forma ritualística de se expressarem foram as primeiras pinturas rupestres” (EISENBACH, 2007, p. 44-45).

Neste momento também se apresentavam os “artistas-caçadores”, termo este que “[...] foi utilizado porque nesta época as pinturas tinham apenas função mágica e de registro”, ou seja, os caçadores acreditavam que representando os animais nas paredes das cavernas, acreditava dominá-los. No Egito antigo, a aproximadamente 3000 a.C, utilizavam as paredes para desenhar e fazer baixos relevos com objetivo de registrar a história das dinastias e de sua mitologia (EISENBACH, 2007, p. 46).

Segundo Eisenbach (2007, p. 48) na Idade Média são apresentados três períodos artísticos: o Bizantino, o Romântico e o Gótico, nos quais as imagens espirituais são evidenciadas, sem perfeição nos traços e sendo demonstradas por meio de técnicas como o mosaico e o afresco. Ainda neste momento o pergaminho “um tipo de couro de caprino, ou ouvino” é utilizado para ilustração de texto denominada “Iluminura” representada pelas primeiras grandes letras decorada que eram vistas em historinhas de contos de fadas.

Ocorreu com o tempo uma divisão da arte em vários estilos, tais como: barroco, gótico, romântico e outros. No texto apresentado por Paula et al., (2007) explicita-se que o Renascimento foi um período em que ocorreu uma renovação cultural, foi muito importante para a arte, sendo marcado por grandes produções artísticas e científicas ocorridas na sociedade européia. Com o surgimento do Renascimento surgiram também as telas que era utilizadas como

suporte para a pintura, firmou-se também, com o aperfeiçoamento da imprensa, possibilitando assim a difusão dos clássicos greco-romanos, da Bíblia, entre outras obras (ROSSETTO, 2007, p. 38-39).

Novos conceitos de arte surgiram nesse momento, como a pintura, literatura, música, escultura, arquitetura e a arte feita com cerâmica, tapeçaria e etc.

> O Renascimento instaurou uma nova visão do homem, a sua inteligência, o conhecimento e o dom artístico são valorizados, diferentemente da época Medieval que antecedeu o Renascimento, na qual a vida do homem deveria ser centrada em Deus (ROSSETTO, 2007, p. 39).

Refletindo sobre os pensamentos de Sossai (2007), onde afirma que o homem através do trabalho social transforma o meio em que vive, a natureza, para satisfazer suas necessidades e ao mesmo tempo se transforma, pois à medida que constrói algo material, constrói também conhecimento, que são apreendidos e se tornam comuns aos indivíduos e são aprimorados. Assim foram se construindo os conceitos em Artes, inicialmente registrando cenas do cotidiano em pinturas, esculturas demonstrando crenças e costumes com características espontâneas.

Estes conceitos são reforçados com as obras de artes de nossos antepassados, representadas pelo realismo que era expresso nos quadros, através das cenas vivenciadas no cotidiano, ou seja, os artistas procuravam retratar a realidade social na maioria das vezes, de trabalhadores, de famílias humildes.

Sossai (2007) cita como exemplo da retratação da realidade social dos trabalhadores, as obras de Tarsila do Amaral (1886-1973), que procurava retratar cenas comuns do cotidiano. Ela foi uma das mais importantes artistas brasileiras de sua época.

“A temática social passaria ser grande fonte de inspiração para a geração Modernista dessa década e a técnica, que tinha assumido uma posição secundária durante os anos 20, volta a ser valorizada” (PASSOS, 2009, p. 1).

Nos Parâmetros Curriculares Nacionais - Arte é observado que a partir dessa década foram “várias as tentativas de se trabalhar a arte também fora das escolas, vive-se o crescimento de movimentos culturais, anunciando a modernidade e vanguardas” (BRASIL, 1997, p. 23).

Ocorreram algumas divergências entre a arte clássica e influencia de artistas brasileiros de várias modalidades, que foram marcantes para a

caracterização de um pensamento modernista. “Em 1922, a Semana de Arte Moderna, organizada e protagonizada por representantes da elite paulista, defendeu como programa para as artes brasileiras o resgate da cultura popular ‘não contaminada’” (MORAES, 2012, p. 2).

Entende-se então que o resgate desta cultura popular, ou seja, da arte brasileira, deveria então ser uma busca através de seus temas, como o folclore, de suas cores e seus sons, não deixando de observar a realidade, sem esquecer-se da cidade e do avanço tecnológico.

> O Modernismo até então, salvo alguns esforços de artistas isolados, permanecia restrito ao eixo Rio-São Paulo. Em 1944, uma exposição modernista em Minas Gerais, patrocinada pela prefeitura da capital do estado na gestão de Juscelino Kubitschek, marcaria o início do Modernismo nesse estado. 1944 também marca o início do Modernismo baiano, seguido pelo Paraná e Recife e Ceará. Enquanto a Europa procurava romper com o peso da arte passada e o abstracionismo era extremamente valorizado, no Brasil o Modernismo assumia mais a função de promover uma atualização da arte brasileira capaz de ajudar na consolidação da identidade nacional e não abria mão do figurativismo. A partir principalmente de meados da década de 40 e o pós-guerra uma arte não-figurativa começa a ser praticada e valorizada por artistas brasileiros (PASSOS, 2009, p. 1).

O Modernismo Brasileiro teve seu fim por volta da década de 60, e nas décadas seguintes as produções artísticas sofreram enorme diversificação. Segundo Passos (2009, p. 1):

> [...]destacam-se os neo-concretos Lygia Clark e Hélio Oiticica como artistas de grande contribuição para a discussão do papel da arte e do artista, permanecendo como importantes figuras de vanguarda nacional, mesmo após a dissolução do movimento.

Desta forma, o que se observa é que a arte se transforma conforme ocorrem as mudanças nas sociedades, mudam-se o foco, os conceitos, a cultura, ela se constitui a partir das influências que recebe das ações sociais dos indivíduos e no contexto histórico que está estabelecida, apresentando de forma implícita a realidade do artista, sua visão de mundo e concepções.

Conforme as Diretrizes Curriculares de Artes para a Educação Básica, “em 1971, foi promulgada a Lei Federal n. 5692/71, em cujo artigo 7.° determinava a obrigatoriedade do ensino da arte nos currículos do Ensino Fundamental (a partir da 5.ª série) e do Ensino Médio” (PARANÁ, 2006, p. 19). Passando, assim, a Educação Artística a fazer parte da área de Comunicação e

Expressão. Ainda segundo as Diretrizes a partir de 1980, no Brasil teve início amplo processo de mobilização social pela redemocratização e para a nova Constituinte de 1988, com a realização de vários movimentos para valorizar a educação. “O ensino de Arte retomava, assim, o seu caráter artístico e estético pela formação do aluno, pela humanização dos sentidos, pelo saber estético e pelo trabalho artístico” (PARANÁ, 2006, p. 20).

Mas em 1995, estes processos foram interrompidos em virtude das mudanças das políticas educacionais ocorridas, que fizeram com que o Currículo Básico para Ensino de 1º grau, atual Ensino Fundamental, publicado em 1990, e o Documento de Reestruturação do Ensino de 2º grau, atual Ensino Médio, da Escola Pública do Paraná fossem abandonados nas escolas por determinação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), que teve sua publicação em 1997/1999.

O que não deixam de observar também a aprovação da atual Lei n. 9.394/96, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional no Brasil, a qual regulamentou as mudanças educacionais.

> Na nova L.D.B. o ensino da arte é reconhecido, tanto para o Ensino Fundamental como para o Ensino Médio como uma área distinta e obrigatória. Esse reconhecimento aparece no artigo 26, parágrafo 2º: “O ensino da arte constituirá componente curricular obrigatório, nos diversos níveis da educação básica, de forma a promover o desenvolvimento cultural dos alunos” (VIEIRA; SILVA, 2012, p. 1).

As autoras explicam que “a concepção de ensino de arte proposta pelos PCN, embora não explicitamente, é a ‘Metodologia Triangular’ ou ‘Proposta Triangular’ defendida por Ana Mae Barbosa” (VIEIRA; SILVA, 2012, p. 1).

Vasconcelos (2010) explica sobre esta Proposta Triangular:

> No Brasil a Proposta Triangular representa a tendência de resgate dos conteúdos específicos da área, na medida em que se apresenta, como base para a ação pedagógica, três ações mental e sensorialmente básicas que dizem respeito ao modo como se processa o conhecimento em arte. Colocando em sintonia com as buscas desenvolvidas no campo do ensino da arte, refletindo o próprio percurso da área. Ajudando assim a consolidar uma nova postura pedagógica e a concepção da arte como uma área de conhecimento específico. Porém, ainda assim há o descompasso entre a realidade das escolas e essa renovação pretendida pelas instâncias regulamentadoras e pelos trabalhos acadêmicos (VASCONCELOS, 2010, p. 1).

Outro instrumento importante na consolidação do direito a

aprendizagem das artes, a nosso ver o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei n. 8.069 de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente, e que em seu Capítulo IV, Do Direito à Educação, à Cultura, ao Esporte e ao Lazer, dispõe:

> Art. 53. A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-se-lhes:
> I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
> II - direito de ser respeitado por seus educadores;
> III - direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores; (BRASIL, 1990, p. 1).

Assim, observa-se que a criança tem direitos adquiridos através destas legislações. Principalmente em relação a sua cultura, que envolve a história de sua nação sob várias as formas de aprendizagem, que no caso deste estudo vem a ser a arte que é uma atividade que contribui de forma significativa para o desenvolvimento integral da criança.

E os PCN Arte reforçam as palavras acima observando que:

> A arte também está presente na sociedade em profissões que são exercidas nos mais diferentes ramos de atividades; o conhecimento em artes é necessário no mundo do trabalho e faz parte do desenvolvimento profissional dos cidadãos. [...] O conhecimento da arte abre perspectivas para que o aluno tenha uma compreensão do mundo na qual a dimensão poética esteja presente: a arte ensina que é possível transformar continuamente a existência, que é preciso mudar referências a cada momento, ser flexível (BRASIL, 1997, p. 19).

Desta forma, a arte se apresenta com uma função tão importante quanto a dos outros conhecimentos no processo de ensino e aprendizagem. E, a concepção que se tem do ensino da arte é de propor uma interrelação entre os fazeres artísticos, a leitura da imagem e a contextualização histórica. A análise mais aprofundada destes aspectos veremos a seguir.

3 ANALISANDO A PROPOSIÇÃO DAS DIRETRIZES CURRICULARES E DOS PARÂMETROS CURRÍCULARES PARA O ENSINO DE ARTES

O objetivo deste capítulo é de demonstrar a importância da educação artística no Brasil por meio dos encaminhamentos propostos nas políticas públicas e legislações vigentes.

Desta forma, neste capítulo serão analisadas as propostas referentes a educação presentes na Constituição Federal, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), nos Parâmetros Curriculares de Artes e nas Diretrizes Curriculares de Arte com relação ao ensino de Artes e sua importância para o ensino-aprendizagem.

3.1 PAPEL DA EDUCAÇÃO NA CONSTITUIÇÃO E NA LDB

A educação tem papel muito importante em nossa história política, por meio das legislações. Independente da abrangência dada ao tema, em todas as Constituições brasileiras foi observado sobre a educação no Brasil.

Raposo (2002) desenvolve um estudo sobre a educação nas Constituições da qual trazemos alguns elementos numa breve retrospectiva que entendemos irá contribuir com nossa análise. O autor comenta:

> A Constituição Imperial de 1824 estabeleceu entre os direitos civis e políticos a gratuidade da instrução primária para todos os cidadãos e previu a criação de colégios e universidades.
> A Constituição Republicana de 1891, adotando o modelo federal, preocupou-se em discriminar a competência legislativa da União e dos Estados em matéria educacional. Coube à União legislar sobre o ensino superior enquanto aos Estados competia legislar sobre ensino secundário e primário, embora tanto a União quanto os Estados pudessem criar e manter instituições de ensino superior e secundário. Rompendo com a adoção de uma religião oficial, determinou a laiscização do ensino nos estabelecimentos públicos (RAPOSO, 2002, p. 2).

A educação como direito aparece na Constituição Brasileira de 1934, Silveira (2009, p. 28) explica que esta “foi a primeira, em âmbito nacional, a dar o

amparo constitucional à educação como sendo um direito de todos", dispondo em seu art. 149 o seguinte:

> A educação é direito de todos e deve ser ministrada pela família e pelos poderes públicos, cumprindo a estes proporcioná-la a brasileiros e a estrangeiros domiciliados no país, de modo que possibilite eficientes fatores da vida moral e econômica da Nação e desenvolva no espírito brasileiro a consciência da solidariedade humana. (BRASIL, 1934, p. 3).

Raposo (2002, p. 1) comenta sobre itens das Constituições de 1937, 1946, 1967 e 1969, nas quais menciona-se sobre a educação:

> O texto constitucional vincula a educação a valores cívicos e econômicos. Não se registra preocupação com o ensino público, sendo o primeiro dispositivo no trato da matéria dedicado a estabelecer a livre iniciativa. A centralização é reforçada não só pela previsão de competência material e legislativa privativa da União em relação às diretrizes e bases da educação nacional, sem referência aos sistemas de ensino dos estados, como pela própria rigidez do regime ditatorial.
> A Constituição de 1946 retoma os princípios das Constituições de 1891 e 1934. A competência legislativa da União circunscreve-se às diretrizes e bases da educação nacional. A competência dos Estados é garantida pela competência residual, como também pela previsão dos respectivos sistemas de ensino. Constituição de 1967 mantém a estrutura organizacional da educação nacional, preservando os sistemas de ensino dos Estados.
> Constituição de 1969 não alterou o modelo educacional da Constituição de 1967. Não obstante, limitou a vinculação de receitas para manutenção e desenvolvimento do ensino apenas para os municípios (RAPOSO, 2002, p. 1).

Raposo (2002) observa que a educação teve seu realce maior na Constituição Federal de 1988, pois nela foi dada uma abordagem da estruturação de todo o sistema educacional.

A Constituição Federal de 1988, em seu Capítulo II, dispõe sobre os direitos sociais, onde no art. 6º versa sobre o direito à educação como um direito social, no art. 22 expõe sobre a competência legislativa, no inciso XXIV – diretrizes e bases da educação nacional, (Lei 9.394/1996 Diretrizes e Bases da educação nacional) e art. 24, inciso IX – educação, cultura, ensino e desporto.

A Lei 9.394/1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em seu Título I, Da Educação, define a educação em seu art. 1º:

> A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

> § 1º. Esta Lei disciplina a educação escolar, que se desenvolve, predominantemente, por meio do ensino, em instituições próprias.
> § 2º. A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social (BRASIL, 1996, p. 1).

Várias ideias importantes estão explicitadas nas Leis que regem a Educação Nacional, colaborando com a prática docente definindo e seus eixos norteadores.

Estas ideias podem ser vistas nos princípios norteadores da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que dispõe:

> Art. 3°. "O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios":
>
> I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
> II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
> III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas;
> IV - respeito à liberdade e apreço à tolerância;
> V - coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
> VI - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
> VII - valorização do profissional da educação escolar;
> VIII - gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino;
> IX - garantia de padrão de qualidade;
> X - valorização da experiência extra-escolar;
> XI - vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais (BRASIL, 1996, grifos nossos).

Observando os princípios citados nos incisos II e XI das Diretrizes para a disciplina de Arte, verifica-se que eles indicam aos professores da área, formas efetivas de levar o aluno a apropriar-se do conhecimento em arte, fazendo com que produzam novas maneiras de perceber e interpretar tanto os produtos artísticos quanto o próprio mundo. Neste contexto, "educar os alunos em arte é possibilitar-lhes um novo olhar, um ouvir mais crítico, um interpretar da realidade além das aparências, com a criação de uma nova realidade, bem como a ampliação das possibilidades de fruição" (PARANÁ, 2008, p. 56).

Importante mencionar que esta Lei se refere ao ensino de artes nos arts. 3º, 24, 26, 32 e 33. O art. 26, § 2º dispõe: "O ensino da arte constituirá componente curricular obrigatório, nos diversos níveis da educação básica, de forma a promover o desenvolvimento cultural dos alunos" (BRASIL, 1996, p.1).

Gomes e Nogueira (2008) comentam sobre a Lei 9.394/96 e os desafios enfrentados pela escola:

> Apesar do 'avanço' desta Lei, a escola e o sistema educativo atual têm enfrentado desafios que transcendem a dimensão estrutural do currículo e a dinâmica das metodologias de ensino. As políticas educacionais da atualidade necessitam adequar-se às questões sociais que estão refletidas na escola pública, como o desemprego, a violência e a marginalização, que se acentuaram como possíveis reflexos da globalização da economia, da política e da cultura. Os problemas atuais da sociedade, dos bairros e da comunidade, que adentram pelo portão das escolas, influenciam o modo pelo qual as políticas públicas são recebidas e postas em ação no ambiente escolar. Talvez seja importante estudar as políticas adotadas em diferentes períodos da educação, para que seja possível identificar as contribuições que, ao ensino atual, cabe oferecer à grande maioria das escolas públicas, que enfrentam dificuldades para colocar em prática as diretrizes e ações políticas estabelecidas no plano de governo, à luz da legislação (GOMES; NOGUEIRA, 2008, p. 585-586).

As autoras finalizam observando ser "[...] responsabilidade do Estado pôr em prática as diretrizes das políticas educacionais que atendam de forma eficaz às necessidades da educação" (GOMES E NOGUEIRA, 2008, p. 586), procurando resolver estes impasses, conforme mencionado no artigo 10 da Lei nº. 9.394/1996.

3.2 Proposições dos Parâmetros Curriculares Nacionais ao Ensino de Artes

Os PCNs de Arte (1997, p. 15) se apresentam divididos em duas partes que objetivam "[...] oferecer um material sistematizado para as ações dos educadores, fornecendo subsídios para que possam trabalhar com a mesma competência exigida para todas as disciplinas do projeto curricular".

Na primeira é apresentado um "histórico da área no ensino fundamental e suas correlações com a produção em arte no campo educacional". Esta primeira parte foi elaborada procurando transmitir ao professor os conhecimentos da área e de sua contextualização histórica possibilitando contato com os conceitos relativos à natureza do conhecimento artístico. Em sua segunda parte, ele "busca circunscrever as artes no ensino fundamental, destacando quatro linguagens: Artes Visuais, Dança, Música e Teatro" (BRASIL, 1997, p.15). Nesta parte, o gestor "encontrará as questões relativas ao ensino e à aprendizagem em arte para as primeiras quatro séries, objetivos, conteúdos, critérios de avaliação, orientações didáticas e bibliografia" (BRASIL, 1997, p.15).

Nos PCNs de Artes (1997) é demonstrada a importância da continuação e fortalecimento dos conhecimentos de arte desenvolvidos nos anos anteriores, este

> [...] documento de Arte expõe uma compreensão do significado da arte na educação, explicitando conteúdos, objetivos e especificidades, tanto no que se refere ao ensino e à aprendizagem, quanto no que se refere à arte como manifestação humana (BRASIL, 1997, p.15).

Na proposta geral dos Parâmetros Curriculares Nacionais, a Arte tem um papel muito importante no processo de ensino e aprendizagem:

> A educação em arte propicia o desenvolvimento do pensamento artístico e da percepção estética, que caracterizam um modo próprio de ordenar e dar sentido à experiência humana: o aluno desenvolve sua sensibilidade, percepção e imaginação, tanto ao realizar formas artísticas quanto na ação de apreciar e conhecer as formas produzidas por ele e pelos colegas, pela natureza e nas diferentes culturas (BRASIL, 1997, p. 19).

Assim, os PCNs de Arte (1997) procuram abordar a educação artística amplamente, apresentando seus vários aspectos tanto teóricos como históricos sobre a arte na educação e de seu ensino no Brasil.

Contudo existe um dilema com relação ao ensino desta disciplina, segundo observado nos PCNs, por não apresentar um material disponível aos professores para que possam ter um embasamento teórico necessário para transmitir aos seus alunos:

> A questão central deste ensino de Arte no Brasil diz respeito a um enorme descompasso entre a produção teórica, que tem um trajeto de constantes perguntas e formulações, e o acesso dos professores a essa produção, que é dificultado pela fragilidade de sua formação, pela pequena quantidade de livros editados sobre o assunto, sem falar nas inúmeras visões preconcebidas que reduzem a atividade artística na escola a um verniz de superfície, que visa as comemorações de datas cívicas e enfeitar o cotidiano escolar (BRASIL, 1997, p. 25).

Pillotto (2012) em seus estudos confirma as palavras apresentadas pelo PCNs observando que:

> Além desses questionamentos, ainda somos bombardeados por situações conflitantes na escola. Percebemos equívocos quando verificamos, ainda hoje, as escolas e as ações docentes permeadas por estereótipos. O norte das práxis docentes está nas datas comemorativas, nas técnicas para

> colorir, no mimeografo, na cópia, e em tantos outros equívocos (PILLOTTO, 2012, p. 1).

Neste contexto, o que se verifica é que os professores têm dificuldades no exercício profissional, pois não possuem uma fundamentação consistente de arte, pelo fato de não haver “material adequado para as aulas práticas, nem material didático de qualidade para dar suporte às aulas teóricas” (BRASIL, 1997, p. 25).

Mas o problema não é somente a falta de materiais adequados para as aulas, é também a carência ou inexistência de uma melhor formação dos professores nesta área. Pode-se confirmar através do estudo realizado por Sardelich (2001), quando questionou professoras sobre sua formação, obtendo as seguintes respostas:

> Buscamos identificar, na opinião das professoras, quais os aspectos mais deficientes da sua formação inicial e, dentre os mais freqüentes, foram mencionados: a ausência da prática da sala de aula que se traduz tanto na habilidade de domínio da sala quanto na habilidade de adequar conteúdos à realidade vivida pela clientela escolar; a escassa compreensão e domínio das leituras realizadas; o pouco entendimento dos aspectos psicológicos envolvidos nas relações humanas, nos grupos em geral e não apenas com as crianças; a rara conexão entre teoria e prática; a falta de comunicação existente entre professor e aluno que se faz representar por sentimentos de opressão; o privilégio de um ensino decoreba avesso à produção do conhecimento; a dificuldade do acesso aos livros; a carência de aulas de desenho, canto e teatro (SARDELICH, 2001, p. 43).

Os conceitos de arte precisam ser repensados, ela não pode ser apontada como uma atividade artística de pouca utilidade, como tem se refletido nas escolas, “[...]onde os currículos e o cotidiano escolares desmerecem a educação artística” (RIBEIRO apud FIGUEIREDO, 1995, p. 249).

Destacando a função da arte, é importante relembrar que “[...] através da arte o homem aprende a produzir-se a si mesmo, [...] através da arte, o homem pode não somente compreender melhor a si mesmo como consegue alcançar um melhor entendimento do mundo que o rodeia” (FERREIRA apud FIGUEIREDO, 1995, p. 248).

Os PCNs do ensino de Arte propõem o acesso pleno aos conhecimentos produzidos pelo homem, primeiramente através do ensino fundamental, visando uma participação concreta dos indivíduos em sociedade. Com a finalidade clara:

> Utilizar diferentes linguagens - verbal, matemática, gráfica, plástica e corporal - como meio para produzir, expressar e comunicar suas idéias, interpretar e usufruir das produções culturais, em contextos públicos e privados, atendendo a diferentes intenções e situações de comunicação (BRASIL,1997, p. 5.)

É importante demonstrar e ensinar às crianças o quanto é fundamental saber o que acontece na sociedade em geral, seu meio, permitindo a se posicionar e estabelecer um entendimento e uma opinião sobre questões do seu cotidiano.

Ensinar a arte para a criança só lhe traz benefícios, principalmente em relação à sua vida, pois este ensino colaborará,

> [...] para o seu desenvolvimento expressivo, para a construção de sua poética pessoal e para o desenvolvimento de sua criatividade, tornando-a um indivíduo mais sensível e que vê o mundo com outros olhos. Os seres humanos são dotados de criatividade e possuem a capacidade de aprender e de ensinar. A criatividade da criança precisa ser trabalhada e desenvolvida, e é por meio do trabalho realizado com a arte nas escolas que isso será possível (COLETO, 2010, p. 139).

As várias formas de expressões artísticas são extremamente relevantes, pois facilitam a compreensão das crianças de forma integrada com as diversas áreas de conhecimentos que estão acessando, ela propõe uma leitura de mundo, um entendimento das práticas sociais e fundamenta a criança no espaço tempo relacionado ao estudo, isso possibilita o aprimoramento da noção de tempo em construção nessa faixa etária.

Como destaca Azevedo (1971):

> A criança adquire no espaço de educação escolar a chance de construir novos conhecimentos e reinventar seu cotidiano por meio da arte-apropriação de saberes através do exercício crítico e criativo. A arte e seu ensino favorecem também a construção de conceitos metafóricos, não - lineares, através do discurso aberto – verbal e não – verbal. Pelos caminhos do lúdico, do onírico e da arte, a criança aprende a dar seus próprios passos; oportunidade psicológica, pedagógica e social de reinventar seu cotidiano de forma autônoma e prazerosa, pois assim é mais dona de sua própria vivencia afetiva e intelectual – experimento, pesquisa, tentativa e erro (AZEVEDO,1971, apud BARBOSA et al., 2003, p.40).

Com relação ao lúdico, Kramer e Leite (1998) observam como a infância se apresenta na modernidade:

> A criança no mundo moderno [...] veste as asas do anjo da história. O que você vai ser quando crescer? Crescer. Futuro.[...] Seriedade. Sisudez. É preciso tornar-se um sujeito da razão. Prontidão. Amadurecimento. Pressa. Crianças vivendo nas ruas. Apressamento da infância. Empurrada/Seduzida cada vez mais para o futuro – o mundo dos adultos – contempla o passado e acumula ruína em seus pés: brinquedo, fantasia, peraltice, imaginação. (KRAMER; LEITE, 1998, p. 32-33 apud PARANÁ, 1996, p. 36).

Refletindo sobre as palavras acima, entendemos que é desafiante, mas necessária a mudança nas atividades a serem aplicadas dentro da escola, a modernidade está tirando das crianças a chance de vivenciar sua infância como verdadeiras crianças, de brincar, de poder expressar sua imaginação, seu lado artístico no âmbito escolar.

Godoy (apud FIGUEIREDO, 1995, p. 253) comenta que “a arte e a literatura neste país são privilégios de uma minoria reduzida, e o que se chama de arte para o povo é apenas entretenimento”.

A autora Katia de Marco (2004) pode responder à questão abordada acima na qual Godoy expressa a palavra entretenimento:

> A partir da década de 60, verifica-se uma tendência mundial da arte contemporânea, que aponta para a necessidade de circulação de sua produção para além dos limites tradicionais, tanto no que se refere aos meios expressivos clássicos (pintura e escultura, por exemplo) como também relativamente aos espaços físicos de exposição, como os museus e galerias. Essa tendência é, na verdade, um reflexo da luz pós-moderna, que ilumina a segunda metade do século, promovendo uma fusão intrincada entre arte e vida, rompendo definitivamente com os cânones delineadores do modernismo, com seu caráter excludente e dogmático, direcionado a um público iniciado, fazendo com que a arte fosse privilégio de uma minoria (DE MARCO, 2004, p. 4).

Vivemos sim, em uma sociedade capitalista e industrializada que apresenta uma diferenciação de classes que conseguem excluir ou determinar quem pode ter acesso ou não aos bens culturais e de subsistência.

De Marco (2004, p. 4) complementa obsevando:

> A arte pós-moderna busca a multiplicidade de meios, propondo-se quebrar fronteiras entre as linguagens, deslocando a arte para o lado de fora dos muros das instituições, ampliando seu locus para as ruas, mesclando sua visualidade com o cotidiano, estabelecendo uma integração entre artista e sociedade, onde são virtualmente eliminadas as fronteiras entre arte e vida.

A esse respeito Azevedo (apud BARBOSA et al., 2003, p. 28) comenta:

> Assim sendo, o fazer artístico, entendido como acesso aos meios de produção da arte, deve ser negado à maioria de nosso povo, o que nada mais é do que a perpetuação da divisão de classes, pois as elites detêm o acesso tanto ao produto quanto aos meios de produção da arte. As elites tentam justificar, de alguma forma, essa divisão de classes, apregoando que a arte é um hobby ou uma distração, entretenimento efêmero, um luxo que pode ser perfeitamente dispensado. Com essa visão, disfarçam as desigualdades sociais, reservando ao povo o acesso a uma arte de má qualidade, que se denomina arte de mídia.

Segundo os pensamentos de Chauí (1980), a ideologia durante toda a história serviu de instrumento de dominação, mascarando a realidade social e ocultando a verdade dos dominados. A ideologia serve para legitimar a dominação econômica, social e política. O seu papel é criar na mente das pessoas uma ideia de que todo fenômeno que acontece no mundo é algo natural e que não existe uma razão lógica para isso.

Desta forma, a autora observa:

> Dissemos que a ideologia é resultado da luta de classes e que tem por função esconder a existência dessa luta. Podemos acrescentar que o poder ou a eficácia da ideologia aumenta quanto maior for sua capacidade para ocultar a origem da divisão social em classes e a luta de classes (CHAUÍ, 1980, p. 34).

Ao mesmo tempo em que de certa forma a educação deve fornecer ao cidadão subsídios necessários para proporcionar a sobrevivência financeira do indivíduo na sociedade, deve esclarecer a existência de uma ideologia que determina quais conhecimentos as pessoas devem ter, como elas devem pensar e agir, quais informações elas não deverão receber. A área da Educação convive com esse impasse, sobre os limites dessas questões, e as repercussões que podem causar.

Os Parâmetros Curriculares destacam a importância de um aprendizado, e uma vivência usufruindo da arte:

> O conhecimento da arte abre perspectivas para que o aluno tenha uma compreensão do mundo na qual a dimensão poética esteja presente: a arte ensina que é possível transformar continuamente a existência, que é preciso mudar referências a cada momento, ser flexível. Isso significa que criar e conhecer são indissociáveis e a flexibilidade é condição para aprender (BRASIL, 1997, p. 14).

Na perspectiva do ensino de arte se faz necessário estabelecer uma percepção acerca da influência do sistema econômico sobre as produções artísticas

de toda a sociedade, destacando a concepção de arte da elite para si e para a maioria da população. Essas questões devem estar claras aos professores, seja para concordar com o que está posto à população, ou para refletir, romper ideias impregnadas de intenções políticas.

A partir daí surgem aspectos relevantes a serem repensados como a multiculturalidade existente em nossa sociedade, até que ponto ela deve ser "guia" no ensino de arte? Como são definidos os conteúdos e currículo de forma que não anulem a cultura de nenhum grupo social? Devemos considerar um trabalho que trate as esferas culturais com igual valor e importância, estabelecendo um equilíbrio entre a cultura da e para a elite, da cultura do povo, já que convivem simultaneamente no mesmo espaço social.

O conhecimento, a experimentação, o acesso a arte, é na maioria das vezes tratado como conhecimento secundário na formação, desde o início da vida escolar privilegia-se o aprendizado da linguagem, compreendendo apenas a leitura, escrita, e conhecimentos matemáticos. O mercado de trabalho exige uma formação rápida e imediata, e de certa forma absorvemos essas exigências desconsiderando a real intenção por traz do currículo existente. O currículo é uma ferramenta utilizada conforme os interesses de seus idealizadores. Como afirma Azevêdo (apud BARBOSA et al., 2003, p. 36) "[...] ele pode ser proposto na perspectiva de reprodução de valores elitistas da sociedade ou, por outro lado, pode ser pensado como um dos instrumentos de luta em busca da emancipação".

Trojan (2004, p. 426) comenta que a educação artística tem sido esquecida ou secundarizada em relação às demais disciplina da grade curricular. A autora comenta que "[...] há muito, essa desvalorização é insistentemente denunciada por pesquisadores e docentes da área".

Porcher (1982) citado por Trojan (2004) exemplifica tal situação acontecida na França da década de 70, que ocasionou muita polêmica:

> Na hierarquia das disciplinas a serem ensinadas, as nossas situam-se nos degraus mais baixos da escada. O aluno pode dedicar-se às atividades artísticas, dentro da escola, se tiver tempo, ou seja, se tiver terminado todas as outras tarefas – "as tarefas importantes" (PORCHER, 1982, p.11).

Ao refletir sobre a Arte dentro dos PCNs de arte, observamos que existem preocupações e ações para que se mudem os conceitos, pois ela não pode

ser considerada de forma nenhuma como uma atividade secundária ou de pouca utilidade, pois ela faz parte da vida de todos, principalmente das crianças, sendo expressa de várias formas.

No tópico a seguir serão analisadas as proposições sobre a Arte nas Diretrizes Curriculares de Arte e Artes para a Educação Básica do Paraná.

3.3 PROPOSIÇÕES DAS DIRETRIZES AO ENSINO DE ARTES

A arte é considerada como uma área de conhecimento que procura interagir nas diferentes instâncias intelectuais, tais como: “culturais, políticas e econômicas, pois os sujeitos são construções históricas que influem e são influenciados pelo pensar, fazer e fruir arte”. (PARANÁ, 2006, p. 29).

Nas Diretrizes Curriculares de Arte e Artes para a Educação Básica do Paraná (2006) que norteiam as ações pedagógicas e bases teóricas que devem ser abordadas no ensino de Artes na Educação Básica, estão estabelecidas as quatro linguagens das Artes propostas para esta disciplina composta pelas Artes Visuais, Teatro, Música e Dança.

Onde propõe que o ensino desta disciplina contemple as bases dessas linguagens, e conteúdos estruturantes, compostos por conceitos fundamentais, tais como: “elementos básicos das linguagens artísticas; produções/manifestações artísticas; e elementos contextualizadores”, que formam conhecimentos capazes de relacionar as Artes com informações, produções e manifestações artísticas, que de maneira indireta transitem interdisciplinarmente pela sociedade (PARANÁ, 2006, p. 30).

Importante observar que estes elementos estruturantes se encontram presentes nas várias linguagens artísticas, apresentando cada qual seu conteúdo específico onde o artista/autor procura organizar através deles um processo de busca da criação artística. Estes elementos são considerados a matéria-prima para construção do conhecimento estético. “O ritmo, a harmonia, a simetria, a tonalidade e a intensidade são alguns exemplos que podem ser observados em pinturas, músicas, encenações teatrais e em composições coreográficas” (PARANÁ, 2006, p. 30).

> O conhecimento dos elementos básicos das linguagens, tomados pelo professor como conteúdos de Artes, permitirá ao aluno a leitura e a interpretação das produções/manifestações, a elaboração de trabalhos artísticos e o estabelecimento de relações entre esses conhecimentos e o seu dia-a-dia (PARANÁ, 2006, p. 30).

As artes, se configurando como um sistema de símbolos, segundo Pillar (1996) se torna um instrumento para interpretar o mundo, que causa transformações nas informações, sentimentos, sensações em experiências.

> [...]envolvem aspectos estéticos que estão relacionados à educação da visão, ao 'saboreo' das imagens, à leitura do mundo em termos de cores, formas e espaço; e propiciam ao sujeito construir a sua interpretação do mundo, pensar sobre as artes e por meios das artes (PILLAR, 1996, p. 36).

Nas Diretrizes Curriculares de Arte e Artes para a Educação Básica "[...] o encaminhamento metodológico contemplará as linguagens artísticas por meio das manifestações/produções compostas pelos elementos básicos, com prioridade e valorização do conhecimento nas aulas de Artes" (PARANÁ, 2006, p. 37).

Grandes avanços foram observados no processo histórico recentemente, para que fosse efetivadas transformações no ensino de Arte. Mas, segundo as Diretrizes Curriculares de Artes (2006):

> [...], essa disciplina ainda exige reflexões que contemplem a arte como área de conhecimento e não meramente como meio para destacar dons inatos, pois muitas vezes é vista equivocadamente, como prática de entretenimento e terapia (PARANÁ, 2006, p. 22).

Relembrando um fato comentado anteriormente neste estudo onde se afirmava que os professores não conseguem exercer sua função, pois não possuem uma fundamentação consistente de arte, conforme os PCNs Arte (BRASIL, 1997), as preocupações em relação ao estudo de Arte são muitas, principalmente em relação a formação dos professores. Nos estudos apresentados por Magalhães (2002), a autora expressa sua preocupação com o ensino da Arte no Brasil, ao afirmar que:

> Muitas são as questões que envolvem os motivos de tantas fragilidades conceituais e metodológicas no campo do ensino-aprendizagem em Arte: a inexistência de recursos humanos, a inexperiência pedagógica e a conseqüente falta de questionamentos, são as causas apontadas pelo

> Parecer nº 540/77, [...]. Faz-se necessário repensar o papel da Arte na educação escolar frente às reformas curriculares advindas da LDB atual (Lei 9.394/96) e a conseqüente divulgação dos Parâmetros Curriculares Nacionais-Arte, elaborados pelo MEC [...] que ratificam a presença das diversas linguagens artísticas nas escolas – música, teatro, dança e artes visuais e a Proposta de Diretrizes Curriculares sistematizada pela Comissão de Especialistas de Ensino de Artes Visuais da SESu/MEC (MAGALHÃES (2002, p. 164-165).

Os professores de Arte devem conhecer o processo de apreensão de conhecimento das diferentes idades em que realizará seu trabalho, para possibilitar a apropriação significativa, para contribuir com o aprendizado de todas as áreas do currículo.

Em vista desses acontecimentos, Magalhães (2002) enfatiza que:

> [...] urge a necessidade de re-significar os currículos escolares de maneira geral, principalmente, a formação do professor de Arte frente à rapidez das mudanças deste final de milênio. Como os cursos de Licenciatura em Artes estão preparando o professor para um posicionamento crítico frente às novas perspectivas teórico-metodológicas subjacentes nos documentos propostos pelo MEC? (MAGALHÃES, 2002, p. 586).

As palavras acima da autora fizeram - nos refletir sobre como anda a qualidade do ensino de Arte apresentada atualmente no ensino nas escolas públicas. Será que este ensino corresponde ao que fora proposto nas Políticas atualmente?

Como visto anteriormente são necessários procedimentos que sejam reais às necessidades. Rosa (apud FIGUEIREDO, 1995, p. 320) ressalta que “a Educação Artística inserida no contexto educacional deve utilizar procedimentos e métodos pedagógicos específicos, progressivos, reais à nossa necessidade”. O autor observa ainda que “há, sob responsabilidade do educador, a ação pedagógica que traga algo significativo, interessante, motivador e duradouro, convenientemente adequado a cada faixa etária”.

É importante apresentar o parecer de Gomes e Nogueira (2008, p. 1) com relação ao assunto:

> A verdade é que a Arte, de uma forma geral, não tem sido valorizada nas escolas como disciplina de importância dentro do processo pedagógico, o que se reflete na contratação de profissionais não ou pouco qualificados, e num certo menosprezo da Arte em relação às outras disciplinas mais tradicionais. Esperamos que, por meio da valorização da música como prática pedagógica em todos os níveis da educação básica, possamos

> presenciar o despertar de uma cultura democrática em que valores como diversidade, sensibilidade e cidadania sejam postos em evidência.

Para as autoras, torna-se imperativo uma reflexão sobre a formação de professores de Arte, principalmente para as pessoas que se identificam com esta área. A necessidade de uma melhor formação do professor no ensino da Arte é visível, ele deve e precisa procurar manter-se atualizado por meio de formação continuada.

No tópico a seguir será abordado sobre a nova lei sancionada no ano de 2008, que obriga a inclusão do ensino de Música na educação básica.

3.4 LEI 11.769 DE 2008 – NOVA LEI DE INCLUSÃO DO ENSINO DE MÚSICA

A música é comumente utilizada na educação infantil e nas séries iniciais do Ensino Fundamental. Pode-se dizer que a maioria dos seres humanos iniciaram seus ensinamentos baseados em músicas que se uniam como coadjuvante em ensino de conteúdos não musicais como a recreação, a aquisição de hábitos higiene e disciplinares. Desta forma sua inclusão no currículo se torna muito importante para todos.

Para Rossi (2006, p. 12), citado por Silva (2008) a música pode aparecer de várias formas:

> [...] como estimuladora para outras matérias, como material de estudo da literatura e da poesia, como apoio para fazer relaxamento e em inúmeras outras ocasiões; contudo, raramente é encarada como área específica de conhecimento. Entretanto, a música está presente de forma maciça na sociedade, que faz uso, inclusive, de seu poder manipulador. Entende-se então, que é justamente a instituição escolar que deve se apropriar de todos os conteúdos sobre essa forma de arte para transformar a música em conhecimento e, com isso, ampliar o horizonte intelectual e artístico dos jovens.

Uma nova lei foi sancionada em 2008, pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva e publicada no Diário Oficial da União neste mesmo ano, é a Lei n.º 11.769 que obriga o ensino de música na educação básica, que deverá ser inserido no currículo.

> A proposta é de autoria da senadora Roseana Sarney (PMDB-MA) e altera a LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação), que já determina o aprendizado de arte nos ensinos fundamental e médio, mas sem especificar o conteúdo. Segundo o relator do texto na CCJ, deputado Leonardo Picciani (PMDB-RJ), 'o projeto está em consonância com os princípios constitucionais relativos à educação, à família, à criança e ao adolescente'. (LULA SANCIONA..., 2008, p. 1).

A partir do sancionamento da lei, as escolas teriam três anos para inserir o ensino de música nas grades curriculares. Assim este ano de 2012 seria a data limite para que todas as escolas públicas e privadas do Brasil incluam o ensino de música.

Em pesquisa apresentada por Costa, Bernardino e Queen (2011) sobre a inclusão da Música como disciplina, apresentam a opinião da conselheira da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação (CNE) professora Clélia Craveiro:

> Antigamente, música era uma disciplina. Hoje não. Ela é apenas uma das linguagens da disciplina chamada artes, que pode englobar ainda artes plásticas e cênicas. A ideia é trabalhar com uma equipe multidisciplinar e, nela, ter entre os profissionais o professor de música. Cada escola tem autonomia para decidir como incluir esse conteúdo de acordo com seu projeto político-pedagógico (COSTA; BERNARDINO; QUEEN, 2011, p. 1).

Clélia Craveiro observa que o objetivo não é formação de músicos, mas sim, desenvolver a criatividade, a sensibilidade e a integração dos alunos dentro desta nova disciplina (COSTA; BERNARDINO; QUEEN, 2011, p. 1).

Mas é importante frisar que segundo menciona a Lei de Diretrizes e Bases (1996), somente professores com formação em nível superior estão autorizados a lecionar na educação básica. A carência destes profissionais é enorme, principalmente os capacitados para lecionarem.

No próximo tópico será abordado sobre o papel destes profissionais na arte-educação.

3.5 PAPEL DO PROFESSOR NA ARTE-EDUCAÇÃO

A escola tem um papel muito importante no desenvolvimento da criança, o fato é que ela precisa de início, estabelecer uma mediação entre a criança e o mundo adulto. E a aquisição destes conhecimentos considerados fundamentais se dá de forma técnica, que segundo Pacheco (1994) não é suficiente sem a mediação sócio - política. A autora observa:

> Tenho claro que a escola, por si só, não é agente de mudança. Mesmo assim, devemos saber que a nossa prática docente [...] um fazer prático, um fazer pedagógico, enfim, [...] um fazer que não se inicia e nem termina na sala de aula; é um fazer que implica uma compreensão de educação, do ensino, da escola e da sociedade como um todo (PACHECO, 1994, p. 17-28).

O professor tem papel fundamental na escola, pois ele é um estimulador para que o aluno construa um bom aprendizado, mas, segundo as Diretrizes Curriculares de Arte, para que ocorra a efetivação do processo de ensino aprendizagem:

> [...] espera-se que o professor trabalhe com os conhecimentos de sua formação – Artes Visuais, Teatro, Música ou Dança –; que faça relações com os saberes das outras linguagens/áreas de arte, e que proporcione ao aluno uma perspectiva de abrangência do conhecimento em arte produzido historicamente pela humanidade (PARANÁ, 2006, p. 28).

Já os PCNs mencionam que é necessário que o professor tenha conhecimento da História da Arte "para poder escolher o que ensinar, com o objetivo de que os alunos compreendam que os trabalhos de arte não existem isoladamente, mas relacionam-se com as idéias e tendências de uma determinada época e localidade" (BRASIL, 1997, p. 72). E mencionam ainda que:

> O professor precisa criar formas de ensinar os alunos a perceberem as qualidades das formas artísticas. Seu papel é o de propiciar a flexibilidade da percepção com perguntas que favoreçam diferentes ângulos de aproximação das formas artísticas: aguçando a percepção, incentivando a curiosidade, desafiando o conhecimento prévio, aceitando a aprendizagem informal que os alunos trazem para a escola e, ao mesmo tempo, oferecendo outras perspectivas de conhecimento (BRASIL, 1997, p. 72).

Num outro trecho desse documento esta questão também é reforçada:

> Cabe também ao professor tanto alimentar os alunos com informações e procedimentos de artes que podem e querem dominar quanto saber orientar e preservar o desenvolvimento do trabalho pessoal, proporcionando ao

> aluno oportunidade de realizar suas próprias escolhas para concretizar projetos pessoais e grupais. A qualidade da ação pedagógica que considera tanto as competências relativas à percepção estética quanto aquelas envolvidas no fazer artístico pode contribuir para o fortalecimento da consciência criadora do aluno (BRASIL, 1997, p. 36).

Os PCNs fazem uma observação importante sobre o professor com relação a sua prática de aula que pode ser resultante da combinação de vários papeis que ele como professor pode desempenhar antes, durante e depois de cada aula.

Coleto (2010, p. 142-143) comenta que será “através das aulas de Arte que o professor irá estimular seu aluno a investigar, inventar, explorar e, mesmo cometendo erros, ele não terá medo de liberar sua criatividade”. Segundo a autora, é muito importante que o professor esteja estimulado com as atividades que passará para as crianças, procurando ser criativo e transmiti-las de forma que se tornem muito importante para elas, “não apenas orientando de forma mecânica, mas fazendo a criança sentir sua importância para que a atividade seja significativa para o aluno”.

Segundo explicam os PCNs de Artes (1997, p. 47-48) “aprender com sentido e prazer está associado à compreensão mais clara daquilo que é ensinado”, assim, torna-se função do professor procurar escolher os recursos didáticos adequados na aplicação dos conteúdos, “observando sempre a necessidade de introduzir formas artísticas, porque ensinar arte com arte é o caminho mais eficaz”.

Ainda seguindo os PCNs de Artes (1997, p. 110), o professor vem a ser um “criador de situações de aprendizagem”, pois é através dele que as crianças se sentirão estimuladas para realizar suas atividades.

Coleto (2010, p. 148) faz uma observação muito importante sobre o papel do professor no trabalho desenvolvido na aula de Arte: “O professor deve utilizar as quatro linguagens artísticas (artes visuais, dança, música e teatro) como forma do aluno se expressar significativamente e não apenas as visuais, como ocorre na maioria das vezes”.

Estas linguagens artísticas são observadas nas Diretrizes Curriculares em Artes (BRASIL, 1997, p. 30), como elementos básicos das linguagens, tomados pelo professor como conteúdos de Artes, que permitirão “[...] ao aluno a leitura e a interpretação das produções/manifestações, a elaboração de

trabalhos artísticos e o estabelecimento de relações entre esses conhecimentos e o seu dia-a-dia".

Os professores de Arte devem também conhecer o processo de apreensão de conhecimento das diferentes idades em que realizará seu trabalho, para possibilitar a apropriação significativa, para contribuir com o aprendizado de todas as áreas do currículo.

> [...] tanto a escola quanto o professor têm como desafio reverter a padronização dos fazeres e do lúdico existentes nas atividades, nos brinquedos e nas brincadeiras, proposta pela visão do adulto e pelos interesses da mídia e do consumo, mas distantes do universo infantil (PARANÁ, 1996, p. 36).

Verifica-se uma inquietação por parte dos educadores e educadoras das escolas e Redes. Essa inquietação se expressa sobre "[...] o que ensinar e aprender, sobre que práticas educativas privilegiar nas escolas, nos congressos de professores e nos dias de estudo e planejamento" (LIMA, 2007, p.9). Mas também se observa que "[...] a teoria pedagógica tem dado relevância a pesquisas e reflexão sobre o currículo: há teoria acumulada para reorientações bem fundamentadas, teoria a que têm direito os profissionais da Educação Básica" (LIMA, 2007, p. 9).

Oliveira e Grigoli (2007, p. 83-84) observam sobre este processo de ensino:

> Nessa direção nossa investigação lembra que os cursos de formação de professores deveriam olhar com atenção para as possíveis articulações entre as experiências vividas pelos aprendizes de professores com a pratica que irão exercer. Se preocupando em disponibilizar meios para que o professor em formação possa mobilizar suas reflexões sobre o vivido em direção a uma ação transformadora, progressista. Do contrario tornar-se-á difícil para ele, o professor, (re) elaborar os saberes construídos e as teorias estudadas, transformando suas elaborações em esquemas de ação diretamente aplicáveis à sua prática em sala de aula, sobretudo porque muitas das situações com que irá se deparar em sala de aula são imprevisíveis.

Lima (2007, p. 9) complementa observando que existe uma mobilização por parte dos órgãos competentes, como: Secretarias de Educação Municipais, Estaduais e do Distrito Federal, o Ministério da Educação e Cultura, por meio da Secretaria de Educação Básica e do Departamento de Políticas de Educação Infantil e Ensino Fundamental, e os Conselhos de Educação, os quais vêm demonstrando sensibilidades em relação aos projetos de reorientação curricular, as diretrizes e as indagações que os inspiram.

A observação de Lima (2007) faz-nos entender que existem preocupações a respeito das várias indagações sobre o ensino e que estão sendo providenciadas suas respostas, através de debate nas escolas e no cenário educacional nas últimas décadas.

> A função da escola, da docência e da pedagogia vem se ampliando, à medida que a sociedade e, sobretudo, os educandos mudam e o direito à educação se alarga, incluindo o direito ao conhecimento, às ciências, aos avanços tecnológicos e às novas tecnologias de informação (LIMA, 2007, p. 13).

E principalmente "[...] o direito à cultura, às artes, à diversidade de linguagens e formas de comunicação, aos sistemas simbólicos e ao sistema de valores que regem o convívio social, à formação como sujeitos éticos" (LIMA, 2007, p. 13). Sendo assim, todos estes fatores se tornam determinantes para o desenvolvimento do aluno.

> É papel da escola como espaço socializador do conhecimento possibilitar e ampliar as oportunidades para essas experiências estéticas. Portanto, cabe ao professor a partir dos conteúdos, instigar a memória, a percepção e as possíveis associações com a realidade/cotidiano do aluno (PARANÁ, 2006, p. 35).

Além desses fatores, é importante observar que o conhecimento dos elementos artísticos favorecerá o desenvolvimento do aluno através da leitura, interpretações, elaborações de trabalhos artísticos e também favorecerá na aplicação desses conhecimentos em seu dia-a-dia.

3.6 Os Elementos Artísticos na Área de Ensino de Artes

Nos Parâmetros Curriculares Nacionais, as aulas de Arte contemplam as seguintes modalidades: Dança, Teatro, Música e Artes Visuais. São modalidades que colaboram para a formação do cidadão.

> A seleção e a ordenação de conteúdos gerais de Arte têm como pressupostos a clarificação de alguns critérios, que também encaminham a

> elaboração dos conteúdos de Artes Visuais, Música, Teatro e Dança e, no conjunto, procuram promover a formação artística e estética do aprendiz e a sua participação na sociedade (BRASIL, 1997, p. 41).

Segundo as Diretrizes Curriculares em Arte (2006, p. 35), “O trabalho do professor com os Anos Iniciais se torna mais significativo se houver a articulação do lúdico às atividades artísticas em sua prática pedagógica”.

De acordo com os PCNs de Arte, é esperado que, ao longo da escolaridade, o aluno “[...] tenha oportunidade de vivenciar o maior número de formas de arte;”, mas para que isso ocorra cada modalidade artística precisa ser desenvolvida e aprofundada (BRASIL, 1997, p. 41).

É desejável que o aluno, ao longo da escolaridade, tenha oportunidade de vivenciar o maior número de formas de arte; entretanto, isso precisa ocorrer de modo que cada modalidade artística possa ser desenvolvida e aprofundada.

Estes conteúdos são muito importantes na formação do aluno aprendiz.

- Artes Visuais

De acordo com os PCNs, “[...] nas artes visuais, além das formas tradicionais, tais como: pintura, escultura, desenho, gravura, arquitetura, artefato, desenho industrial, estão incluídas outras modalidades resultantes das tecnologias e das transformações estéticas ocorridas”. São as modernidade: fotografia, artes gráficas, cinema, televisão, vídeo, computação, performance (BRASIL, 1997, p. 45).

> A educação em artes visuais requer trabalho continuamente informado sobre os conteúdos e experiências relacionados aos materiais, às técnicas e às formas visuais de diversos momentos da história, inclusive contemporâneos. Para tanto, a escola deve colaborar para que os alunos passem por um conjunto amplo de experiências de aprender e criar, articulando percepção, imaginação, sensibilidade, conhecimento e produção artística pessoal e grupal. A educação visual deve considerar a complexidade de uma proposta educacional que leve em conta as possibilidades e os modos de os alunos transformarem seus conhecimentos em arte, ou seja, o modo como aprendem, criam e se desenvolvem na área (BRASIL, 1997, p. 45).

Entende-se dessa forma que é preciso que sejam considerados todos os procedimentos, os vários conceitos, que darão suporte às representações

sobre arte, pois estas representações transformam-se ao longo do desenvolvimento à medida que avança o processo de aprendizagem.

- Música

Segundo os PNCs da Arte (1997), a música possui uma forte ligação com as tradições e culturas dos povos e de cada época.

> A canção oferece ainda a possibilidade de contato com toda a riqueza e profusão de ritmos do Brasil e do mundo, que nela se manifestam principalmente por meio de um de seus elementos: o arranjo de base. Nas atividades com esse elemento é importante lembrar que se considera música, por exemplo, tanto uma batucada de samba quanto uma canção que a utilize como arranjo de base. Para que a aprendizagem da música possa ser fundamental na formação de cidadãos é necessário que todos tenham a oportunidade de participar ativamente como ouvintes, intérpretes, compositores e improvisadores, dentro e fora da sala de aula. Envolvendo pessoas de fora no enriquecimento do ensino e promovendo interação com os grupos musicais e artísticos das localidades, a escola pode contribuir para que os alunos se tornem ouvintes sensíveis, amadores talentosos ou músicos profissionais. Incentivando a participação em shows, festivais, concertos, eventos da cultura popular e outras manifestações musicais, ela pode proporcionar condições para uma apreciação rica e ampla onde o aluno aprenda a valorizar os momentos importantes em que a música se inscreve no tempo e na história (BRASIL, 1997, p. 54).

Desta forma, vemos que existe um envolvimento da música, com as pessoas, ela começa a fazer parte da vida das crianças desde que vêm ao mundo, começando a ouvi-las em forma de canções de ninar, passando para educação infantil e assim sucessivamente. É muito importante te-la em nossa grade curricular, pois é uma forma de estimular, de alegrar e fazer as crianças terem uma maior participação nas atividades artísticas.

- Teatro

O teatro é muito importante no processo de formação das crianças, e isso se confirma nos PCNs, Arte (1997, p. 57):

> O teatro, no processo de formação da criança, cumpre não só função integradora, mas dá oportunidade para que ela se aproprie crítica e construtivamente dos conteúdos sociais e culturais de sua comunidade mediante trocas com os seus grupos. No dinamismo da experimentação, da fluência criativa propiciada pela liberdade e segurança, a criança pode transitar livremente por todas as emergências internas integrando imaginação, percepção, emoção, intuição, memória e raciocínio. As

> propostas educacionais devem compreender a atividade teatral como uma combinação de atividade para o desenvolvimento global do indivíduo, um processo de socialização consciente e crítico, um exercício de convivência democrática, uma atividade artística com preocupações de organização estética e uma experiência que faz parte das culturas humanas.

A partir do momento em que a criança ingressa na escola, ela da início a um ciclo de conhecimentos, está iniciando um processo de socialização por meio da vivencia, do companheirismo, das amizades. Esse compartilhamento também deve ocorrer nas atividades lúdicas baseadas em experimentação e na compreensão, pois são estímulos para a aprendizagem.

- Dança

Os PCNs de Artes (1997, p. 67) apontam a dança na escola, como uma atividade que proporciona a criança "[...] a compreensão de sua capacidade de movimento mediante um maior entendimento de como seu corpo funciona". Podendo, assim, usá-lo expressivamente para formação de sua inteligência, autonomia, responsabilidade e sensibilidade.

> A arte da dança faz parte das culturas humanas e sempre integrou o trabalho, as religiões e as atividades de lazer. Os povos sempre privilegiaram a dança, sendo esta um bem cultural e uma atividade inerente à natureza do homem. Toda ação humana envolve a atividade corporal. A criança é um ser em constante mobilidade e utiliza-se dela para buscar conhecimento de si mesma e daquilo que a rodeia, relacionando-se com objetos e pessoas. A ação física é necessária para que a criança harmonize de maneira integradora as potencialidades motoras, afetivas e cognitivas. A atividade da dança na escola pode desenvolver na criança a compreensão de sua capacidade de movimento, mediante um maior entendimento de como seu corpo funciona. Assim, poderá usá-lo expressivamente com maior inteligência, autonomia, responsabilidade e sensibilidade (BRASIL, 1996, p. 49).

Como proposto pela área de Arte, a dança objetiva o desenvolvimento integrado da criança. "A experiência motora permite observar e analisar as ações humanas propiciando o desenvolvimento expressivo que é o fundamento da criação estética" (BRASIL, 1997, p. 50).

Com relação aos conteúdos, as Diretrizes Curriculares de Arte (2006, p. 54) dispõe que este currículo deve ser "[...] organizado de forma a preservar o direito do aluno de ter acesso ao conhecimento sistematizado em arte".

E para que este processo pedagógico se efetive,

> [...] espera-se que o professor trabalhe com os conhecimentos de sua formação – Artes Visuais, Teatro, Música ou Dança –; que faça relações com os saberes das outras áreas de arte, e que proporcione ao aluno uma perspectiva de abrangência do conhecimento em arte produzido historicamente pela humanidade. Desse modo, optou-se por uma proposta de organização curricular a partir do conceito de conteúdos estruturantes, os quais constituem uma identidade para a disciplina de Arte e uma prática pedagógica que inclui as quatro áreas de Arte. Conteúdos estruturantes são conhecimentos de maior amplitude, são conceitos que se constituem em partes importantes e fundamentais para a compreensão de cada uma das áreas de Arte (PARANÁ, 2006, p. 54).

Segundo as Diretrizes Curriculares (2006), os conteúdos estruturantes para a disciplina de Arte, no Ensino Médio, são os seguintes: elementos formais; composição; movimentos e períodos; e tempo e espaço.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como objetivos procurar compreender as proposições do ensino de artes nas atividades com crianças dos anos iniciais do ensino fundamental em documentos de política. Para que fossem atingidos os objetivos propostos foi realizado um estudo bibliográfico e análise de instrumentos legais que enfocam o tema.

Foram observadas proposições importantes que se encontram explicitadas nas Leis que regem a Educação Nacional, colaborando com a prática docente definindo seus eixos norteadores tornando-a mais competente e emancipadora. Estas ideias podem ser vistas também nos princípios norteadores da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. São princípios citados no art. 3º, nos incisos II e XI das Diretrizes para a disciplina de Arte, os quais indicam aos professores da área, formas efetivas de levar o aluno a apropriar-se do conhecimento em arte, fazendo com que produzam novas maneiras de perceber e interpretar tanto os produtos artísticos quanto o próprio mundo.

Observou-se através dos PCNs de Artes (1997) a demonstração da importância para o currículo do Ensino Médio que é de continuação e fortalecimento dos conhecimentos de arte. Mas, ele não apresenta um material disponível aos professores para que estes possam ter um embasamento teórico necessário para transmitir aos seus aluno, por não possuírem uma fundamentação consistente da disciplina de Artes.

Os problemas não estão somente na falta de conteúdos adequados para as aulas, estão também e principalmente na carência ou inexistência de uma melhor formação dos professores nesta área de conhecimento. Sem dúvida, a necessidade de que os professores tenham a oportunidade de crescimento é visível, pois através destes aperfeiçoamentos os alunos é que serão beneficiados. Só assim conseguiremos atingir a meta de uma educação centrada no ser humano, que é priorizar a aprendizagem através de conteúdos e metodologias significativas.

Na realidade, a Arte, vista de forma generalizada, não vem recebendo a devida valorização como disciplina de importância no processo pedagógico, dentro da escola. Isto faz refletir em contratação de profissionais sem ou com pouca qualificação.

Infelizmente, o conhecimento e o acesso à arte são na maioria das vezes tratados como secundários na formação, são somente privilegiados o aprendizado da língua portuguesa, leitura, escrita, e conhecimentos matemáticos. Isso porque o mercado de trabalho exige uma formação rápida e imediata, e de certa forma absorvemos essas exigências desconsiderando a real intenção por traz do currículo existente.

Observamos que existem preocupações e ações para que se mudem os conceitos, pois ela não pode ser considerada de forma nenhuma como uma atividade secundária ou de pouca utilidade, pois faz parte da vida de todos, principalmente das crianças, sendo expressa de várias formas.

Entendemos que é desafiante, mas necessária a mudança nas atividades a serem aplicadas dentro da escola, a modernidade está tirando das crianças a chance de vivenciar sua infância como verdadeiras crianças, de brincar, de poder expressar sua imaginação, seu lado artístico no âmbito escolar.

A escola tem um papel muito importante no desenvolvimento da criança, o fato é que ela precisa de início, estabelecer uma mediação entre a criança e o mundo adulto. O professor tem papel fundamental dentro desta escola, pois ele é um estimulador para que ocorra o aprendizado. Segundo as Diretrizes Curriculares de Arte, para que ocorra a efetivação do processo de ensino aprendizagem, “[...] espera-se que o professor trabalhe com os conhecimentos de sua formação”, e “[...] que faça relações com os saberes das outras linguagens/áreas de arte, e que proporcione ao aluno uma perspectiva de abrangência do conhecimento em arte produzido historicamente pela humanidade” (PARANÁ, 2006, p. 28).

Conclui-se assim, que a Arte ao ser incluída obrigatoriamente no currículo escolar por meio das legislações educacionais vigentes tem sua valorização formal reconhecida e só caberá aos gestores e professores através de suas práticas confirmar esta valorização de fato.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Lilian. **A arte romana**. 2012. Disponível em: <http://www.brasilescola.com/historiag/arte-romana.htm>. Acesso em: 21 set. 2012.

AZEVEDO, F. de. A cultura brasileira. 5. ed., rev. e ampl. São Paulo: Melhoramentos, USP, 1971. In: BARBOSA, A. M. (Org.). **Inquietações e mudanças no ensino da arte**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2003.

BRASIL. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (de 16 de Julho de 1934)**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao34.htm>. Acesso em: 19 set. 2012.

_____. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm>. Acesso em: 25 set. 2012.

_____. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, 23 dez. 1996. Disponível em: <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=75723>. Acesso em: 20 ago. 2012.

_____. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais**: arte / Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997.

CHAUÍ, Marilena. **O que é ideologia?** Resenha. 1980. Disponível em: <http://www.nhu.ufms.br/Bioetica/Textos/Livros/O%20QUE%20%C3%89%20IDEOLOGIA%20-Marilena%20Chaui.pdf>. Acesso em: 18 ago. 2012.

COLETO, Daniela Cristina. A importância da arte para a formação da criança. **Revista Conteúdo**, Capivari, v.1, n.3, jan./jul. 2010. Disponível em: <http://www.conteudo.org.br/index.php/conteudo/article/viewFile/35/34>. Acesso em: 14 ago. 2012.

COSTA, Cynthia; BERNARDINO, Juliana; QUEEN, Mariana. **Música**: entenda porque a disciplina se tornou obrigatória na escola. Conheça a lei que determina a obrigatoriedade do ensino de música em todas as escolas do país a partir de 2012. 15/02/2011. Disponível em: <http://educarparacrescer.abril.com.br/politica-publica/musica-escolas-432857.shtml>. Acesso em: 24 ago. 2012.

DE MARCO, Kátia. **Ciberarte**: novo domínio público da arte. 2004. Disponível em: <http://www.gestaocultural.org.br/.../5-CIBERARTE-novo-dominio-publico...>. Acesso em: 24 set. 2012.

EISENBACH, Maysa Nara. Você suporta arte? In: In: PAULA, Carlos Alberto de et al. **Arte**: ensino médio. 2. Ed. Curitiba: SEED-PR, 2007.

FERREIRA, Maria do Carmo. Função da arte: ensinar o homem a produzir-se a si mesmo. In: FIGUEIREDO, Hermes Ferreira. **Arte na escola**: anais do primeiro seminário nacional sobre o papel da arte no processo de socialização e educação da criança e do jovem. São Paulo: Universidade Cruzeiro do Sul, 1995.

FIGUEIREDO, Hermes Ferreira. **Arte na escola**: anais do primeiro seminário nacional sobre o papel da arte no processo de socialização e educação da criança e do jovem. São Paulo: Universidade Cruzeiro do Sul, 1995.

GODOY. In: FIGUEIREDO, Hermes Ferreira. **Arte na escola**: anais do primeiro seminário nacional sobre o papel da arte no processo de socialização e educação da criança e do jovem. São Paulo: Universidade Cruzeiro do Sul, 1995.

GOMES, Karina Barra; NOGUEIRA, Sonia Martins de Almeida. Ensino da Arte na escola pública e aspectos da política educacional: contexto e perspectivas. **Ensaio: aval. pol. públ. Educ**., Rio de Janeiro, v. 16, n. 61, p. 583-596, out./dez. 2008.

KRAMER, S.; LEITE, M.I.F.P. **Infância e produção cultural**. Campinas: Papirus,1998.

LIMA, Elvira Souza. **Indagações sobre currículo**: currículo e desenvolvimento humano; organização do documento Jeanete Beauchamp, Sandra Denise Pagel, Aricélia Ribeiro do Nascimento. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Ensfund/indag1.pdf>. Acesso em: 27 ago. 2012.

LULA SANCIONA lei que obriga ensino de música na educação básica. São Paulo, agos./2008. Disponível em: <http://educacao.uol.com.br/ultnot/2008/08/19/ult105u6853.jhtm>. Acesso em: 22 ago. 2012.

MAGALHÃES, A. D. T. V. Ensino de arte: perspectivas com base na prática de ensino. In: BARBOSA, A. M. (Org.). **Inquietações e mudanças no ensino da arte**. São Paulo: Cortez, 2002.

MORAES, Sonia. **Cultura brasileira e identidade nacional**: uma leitura sobre o modernismo. Disponível em: <http://www.republicacenica.com.br/downloads/ textos/textosonia.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2012.

OLIVEIRA, Ailton Souza de; GRIGOLI, Josefa A. G. A Trajetória escolar: investigando sua relação com a construção de uma identidade profissional autônoma dos docentes do colégio militar de Campo Grande-Ms. In: **PROJETOS E PRÁTICAS de Formação de Professores**: Comunicação Científica. IX Congresso Estadual Paulista sobre Formação de Educadores, 2007, UNESP - Universidade Estadual Paulista - Pro-Reitoria de Graduação.

PACHECO, Elza Dias. A escola como oficina lúdica: um espaço de reflexão e criação. In: FIGUEIREDO, Hermes Ferreira. **Arte na escola**: anais do primeiro seminário nacional sobre o papel da arte no processo de socialização e educação da criança e do jovem. São Paulo: Universidade Cruzeiro do Sul, 1995.

PARANÁ. **Diretrizes curriculares de arte e artes para a educação básica**. Curitiba, 1996. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br>. Acesso em: 21 ago. 2012.

_____. **Diretrizes curriculares de arte e artes para a educação básica**. Curitiba, 2006. Disponível em: <http://www.diaadia**educacao**.pr.gov.br/diaadia/diadia/.../**dire trizes**.../**arte**.pdf>. Acesso em: 21 ago. 2012.

_____. **Diretrizes curriculares de arte e artes para a educação básica**. Curitiba, 2008. Disponível em: <http://www.diaadia**educacao**.pr.gov.br/diaadia/ diadia/.../**dire trizes**.../**arte**.pdf>. Acesso em: 21 ago. 2012.

PASSOS, Carlos Sena. **Arte moderna - vanguardas artísticas**. Goiânia, Goiás, 2009. Disponível em: <http://artemodernafavufg.blogspot.com.br/2009/07/arte-moderna-vanguardas-artisticas.html>. Acesso em: 21 jul. 2012.

PILLAR, Analise Dutra. **Desenho e construção de conhecimento na criança**. Porto Alegre: Artmed, 1996.

PILLOTTO, Silvia Sell Duarte. **Caminhos possíveis para a construção de uma proposta curricular em arte.** Disponível em: <http://www.artenaescola.org.br/pesquise_artigos_texto.php?id_m=100>. Acesso em: 2 ago. 2012.

PORCHER, L. (org.). **Educação artística**: luxo ou necessidade? São Paulo: Summus, 1982.

RAPOSO, Gustavo de Resende. A educação na Constituição Federal de 1988. **Jus Navigandi**, Teresina, ano 10, n. 641, 10 abr. 2002. Disponível em: <http://jus.com.br/revista/texto/6574>. Acesso em: 21 set. 2012.

RIBEIRO, Arilda Inês Miranda. A arte e a educação frminina no século XIX: o colégio Florence de Campinas . In: FIGUEIREDO, Hermes Ferreira. **Arte na escola**: anais do primeiro seminário nacional sobre o papel da arte no processo de socialização e educação da criança e do jovem. São Paulo: Universidade Cruzeiro do Sul, 1995.

ROSA, Célio. Harmonizando as relações entre o homem e a vida. In: FIGUEIREDO, Hermes Ferreira. **Arte na escola**: anais do primeiro seminário nacional sobre o papel da arte no processo de socialização e educação da criança e do jovem. São Paulo: Universidade Cruzeiro do Sul, 1995.

ROSSETTO, Tania Regina. Afinal, a arte tem valor? In: PAULA, Carlos Alberto de et al. **Arte**: ensino médio. 2. Ed. Curitiba: SEED-PR, 2007.

ROSSI, D. **Atividades musicais extracurriculares e aulas de artes nas escolas estaduais de ensino médio do município de Curitiba**. Curitiba: Universidade Federal do Paraná. Dissertação (Mestrado) – Setor de Educação Curitiba, 2006, p.111-112.

SARDELICH, Maria Emilia. Formação inicial e permanente do professor de arte na educação básica. **Cadernos de Pesquisa**, n. 114, novembro/2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/n114/a06n114.pdf>. Acesso em: 06 out. 2012.

SILVA, Valdemar Félix da. **Música na escola pública**: desafios e soluções. 2008. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/2315-8.pdf>. Acesso em: 20 set. 2012.

SILVEIRA, Lylian Karla Corrêa da Silveira. **O direito à educação frente ao direito constitucional brasileiro**. Gov. Valadares, MG, 2009. Disponível em: <http://www.pergamum.univale.br/pergamum/tcc/Odireitoaeducacaofrenteaodireitoconstitucionalbrasileiro.pdf>. Acesso em: 19 set. 2012.

SOSSAI, Sonia Maria Furlan. Esses fazedores de arte: loucos sonhadores ou criadores irreverentes? In: In: PAULA, Carlos Alberto de et al. **Arte**: ensino médio. 2. Ed. Curitiba: SEED-PR, 2007.

TROJAN, Rose Meri. estética da sensibilidade como princípio curricular. **Cadernos de Pesquisa**, v. 34, n. 122, p. 425-443, maio/ago.2004.

VASCONCELOS, Rafael. **Análise da proposta triangular de Ana Mae Barbosa**. Disponível em: <http://abcdorafa.blogspot.com.br/2010/11/analise-da-proposta-triangular-de-ana.html>. Acesso em: 20 set. 2012.

VIEIRA, Sandra; SILVA, Ursula Rosa da. **A história do ensino de arte no Brasil: de atividade à área de conhecimento**. Pelotas – RS. Disponível em: <http://www.artenaescola.org.br/sala_relatos_artigo.php?id=676>. Acesso em: 17 ago. 2012.